
RESENHA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM ÂMBITO INTERNACIONALKellcia Rezende Souza¹

AKKARI, Abdeljalil. *Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2011, 143p.

O livro *Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios*, de autoria de Abdeljalil Akkari, doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra (Suíça); professor na mesma instituição, consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e pesquisador das dimensões internacionais da educação, com enfoque nos estudos comparados de políticas educacionais, é composto por dez capítulos e efetua uma análise contextualizada sobre a internacionalização das políticas educacionais, para além das análises em âmbito nacional.

No primeiro capítulo, intitulado *Internacionalização das políticas educacionais*, o autor aponta que as mudanças na educação são discutidas em diferentes esferas exteriores à escola. Com o advento da globalização, tais discussões extrapolam a esfera nacional, desencadeando o processo de internacionalização das políticas educacionais. Tal processo tem produzido uma circulação de conceitos, reformas e inovações entre os países. Por outro lado, esses fluxos não são assimilados da mesma maneira pelas políticas nacionais, produzindo tensões em decorrência das singularidades econômicas, históricas e sociais dos países, o que tem dificultado a articulação entre as exigências nacionais e os imperativos internacionais.

O capítulo seguinte *Globalização e educação* enfatiza a caracterização da globalização, como consequência do pensamento neoliberal que defende o predomínio da economia de mercado acompanhada de políticas de liberalização do comércio de bens e serviços. A globalização tem várias implicações sobre a educação, pois está no

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista - UNESP/Araraquara. Email: kellcia@hotmail.com.

centro das tensões entre o global e o local. Partindo dessa prerrogativa, o autor finaliza o capítulo apresentando os impactos positivos e negativos da globalização sobre as políticas educacionais, considerando que estamos vivenciando uma nova ordem educacional mundial.

Em *Influência das organizações internacionais nas políticas educacionais*, o autor salienta que, com a globalização, os modelos educacionais tendem cada vez mais a se uniformizarem, e as organizações internacionais têm contribuído significativamente para essa homogeneização, assumindo o papel de avaliadoras e, sobretudo, financiadoras dos sistemas educacionais. UNESCO, extenso (UNICEF), Banco Mundial, (Ocde) e (OMC) são referências de organizações internacionais, sua influência na educação está em sintonia com uma tendência global de favorecimento da cooperação econômica entre os países. Desempenham, portanto, função estratégica no processo de internacionalização das políticas educacionais, à medida que as orientam e as financiam.

O capítulo *Descentralização da educação: tendências internacionais* destaca que a descentralização constitui uma das orientações mais adotadas pelas políticas educacionais. Trata-se da delegação formal da autoridade ou da responsabilidade decisória em níveis hierárquicos inferiores. Nessa vertente, a descentralização é ao mesmo tempo um processo e uma nova condição para a organização da educação, fazendo parte das orientações das organizações internacionais. O autor finaliza salientando os desafios para a efetivação da descentralização nos sistemas educacionais, dentre os quais: a carência de planejamento e a insuficiência de recursos humanos e estruturais, as instituições e os atores educacionais.

A educação constitui-se um dos alvos prioritários na economia de mercado. A partir desse pressuposto, o capítulo *Privatização da educação* aborda a relação entre educação e privatização, como um mercado visado pelos investidores econômicos. Essa tendência altera a maneira como a educação é assegurada, organizada e gerida. Os programas escolares são transformados de acordo com a avaliação e o julgamento do desempenho de alunos, professores e instituições. A privatização tende a apresentar, a partir dessa ótica, numerosos efeitos econômicos, sociais e políticos, assim como educacionais, norteados pela lógica da eficácia e da eficiência. O autor identifica aspectos que diferem o ensino público do privado, concluindo o capítulo com a apresentação de dados que comparam a incidência da privatização educacional em vários países.

O capítulo *O sistema dual de ensino e indefinição dos limites entre as redes pública e privada no Brasil* apresenta a constatação que o setor privado tem reforçado sua presença, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Porém, enquanto na educação básica a privatização é privilégio da elite, no ensino superior endereça-se especialmente às classes mais vulneráveis. Adverte para a indefinição de fronteiras entre os setores do ensino público e privado, observando mecanismos que acentuam tais aspectos, quais sejam: legislação favorável ao ensino privado; financiamento público do setor privado; parceria entre público e privado; material pedagógico formatado para o ensino público pelo setor privado; circulação de alunos e professores entre o público e o privado. Para o autor, há a necessidade de uma nova regulamentação mediante políticas públicas, das relações entre redes públicas e privadas, pois no cenário escolar de fronteiras indefinidas, quem perde são as famílias de classe menos favorecida, que se esforçam para dar conta das exigências financeiras do mercado da Educação.

Obrigação de resultados, prestação de contas (accountability) e boa governança. Neste capítulo, o autor afirma que as instituições escolares têm sido relutante mediante a obrigação de mostrar resultados, à avaliação e à prestação de contas. A obrigação dos resultados tem sido operacionalizada nas políticas educacionais de âmbito internacional, por meio da noção de *accountability*– prestação de contas. Essa tendência à responsabilização ligada as políticas educacionais se relaciona a boa governança, termo atualmente em voga nas orientações das organizações internacionais. O conceito de governança é uma das características do pensamento neoliberal. Trata-se de um conjunto de ideologias, de processos e estratégias que uma instituição utiliza para aperfeiçoar o potencial dos recursos, a fim de atingir os objetivos específicos.

O capítulo *Padrões educacionais, avaliação e reformas curriculares* enfatiza o movimento preconizado pelos países desenvolvidos pela reestruturação de seus sistemas educacionais, objetivando maior eficiência e qualidade. Dessa forma, busca-se elevar os padrões educacionais, mediados por dados decorrentes das avaliações de larga escala, tanto em âmbito nacional, quanto internacional. Trata-se assim, de um mapeamento do desempenho do sistema escolar. Nesse contexto, o autor advoga para a necessidade das políticas educacionais serem guiadas com pesquisas tanto sobre a aprendizagem do aluno, quanto à prática docente.

O capítulo *Políticas de formação docente: principais tendências internacionais* destaca o potencial empregador do sistema educacional em todo o mundo, sendo os professores os profissionais mais numerosos. Nessa perspectiva, aponta as tendências

internacionais na formação de professores, quais sejam: a universitarização, o alongamento de duração e a diversidade de modelos de formação. Por isso, a autor salienta a necessidade de as políticas educacionais focalizarem a profissionalização docente, tanto no que tange à formação inicial quanto à continuada, ao invés de estarem coadunadas a um projeto de privatização e descentralização que, por sua vez, conduz à desprofissionalização.

Por fim, no capítulo *Perspectivas: rumo a uma nova regulação das políticas educacionais?*, o questionamento apresentado no título enfatiza a discussão que perpassa todos os capítulos, ou seja, a tendência emergente da internacionalização das políticas educacionais. Trata-se de um processo que envolve discurso e prática, necessidade e estratégia, processo e imposição. Um universo caracterizado pelo rompimento das fronteiras entre público e privado, local e nacional, nacional e internacional, envolvendo novos atores, para além da escola e do Estado: instituições internacionais, organizações não governamentais, empresas multinacionais, fundações etc. Emergem desse contexto novas formas de distribuição do poder e da articulação entre os níveis de decisão: movimentos de centralização e descentralização nos espaços nacionais; diretrizes supranacionais e acordos intergovernamentais; estabelecimento de relações diretas entre atores internacionais e coletividades locais; multinacionalização em redes de empresas de serviços educacionais etc. Nesse viés, parece impossível pensar na política educacional de um país sem considerar as tendências e os debates internacionais.

Cabe destacar ainda, no livro, a reiterada afirmativa do autor sobre a extrema necessidade de explorar esse tema novo e pouco discutido na literatura científica. Além disso, a questão da transferência de experiências entre os países em desenvolvimento é pouco abordada na pesquisa internacional. A globalização econômica e seus efeitos foram objetos de vários estudos, enquanto a internacionalização das políticas educacionais tem recebido pouca atenção.

Sendo assim, a obra persegue o propósito de explorar uma temática pouco discutida, um esforço no sentido de pôr ao alcance dos pesquisadores, um trabalho que lhes permita iniciar e aprofundar os estudos do processo de internacionalização das políticas educacionais. Pelas razões apontadas é recomendável aos estudiosos da área a leitura deste livro.